METODOLOGIAS FEMINISTAS NA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA: A CIÊNCIA AO SERVIÇO DA MUDANÇA SOCIAL[1]

Sofia Neves[2] e Conceição Nogueira

Resumo As transformações epistemológicas e metodológicas desencadeadas pelos movimentos críticos dentro da psicologia impeliram a *nova* ciência psicológica a ocupar outros terrenos de investigação e de intervenção, terrenos onde as questões sociais, políticas e históricas se sobrepõem às questões meramente individuais e psicológicas. De entre os vários movimentos críticos que ecoaram na psicologia e promoveram a sua reconfiguração, as perspectivas feministas representaram certamente um papel determinante, por todo o trabalho de desconstrução do paradigma dominante que orientava, de forma soberana, a ciência tradicional.

Este artigo introduz os fundamentos da abordagem feminista crítica na psicologia social, explanando a importância das metodologias que os corporizam e a viabilidade da sua aplicação à luz da construção de uma ciência efectivamente comprometida com a mudança social.

Palavras-chave metodologias feministas, abordagens críticas, psicologia social.

1. A Psicologia tradicional na mira das abordagens críticas: Introdução

(...) o tempo da ciência nunca pode ser referido à ordem do eterno, do estável e do imutável. Ele pertence somente à história e às suas contingências.
(Fonseca, 1998: 36)

Durante décadas, a investigação e a intervenção psicológica caracterizaram-se por uma procura obstinada de leis universais que pudessem predizer comportamentos e desvendar aquilo que se supunha ser a autêntica essência do ser-humano (Gergen, 2001). Agrilhoada a alguns princípios que formatavam o que se acreditava ser as linhas mestras para a construção da *verdadeira* ciência – a objec-

---

1 Artigo redigido no âmbito da Tese de Doutoramento em curso financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

2 Envio de correspondência: A/C Sofia Neves. IEP – Universidade do Minho. Campus de Gualtar. 4700 – Braga. Portugal. asofianeves@netcabo.pt

tividade, a neutralidade e a imparcialidade – a psicologia foi sendo moldada e alicerçada segundo uma lógica positivista[3] (Bem & Looren de Jong, 1997), a qual tendia a afastar e a excluir outras que se vislumbrassem dissonantes. O discurso positivista dominante (Gergen, 1973; Miller, 1999) implicou que a psicologia fosse sendo erigida segundo o pressuposto de que há sempre uma lei externa por detrás da ocorrência de qualquer fenómeno e que a sua medição é sempre passível de ser realizada com firme rigor. Nesse sentido, conceitos como racionalidade, evidência e progresso científico emprestavam à ciência moderna uma legitimidade que se considerava irrefutável (Gergen, 2001a).

Em meados dos anos 60, a contestação do paradigma moderno pelas abordagens críticas, marcou o início da denominada crise da psicologia (Ibáñez, 1994; Gergen, 1996; Nogueira, 1996; Neto, 1998), acusando a disseminação do elevado sentimento de descontentamento face aos seus modelos e métodos tradicionais (Burman, 1996; Johnson & Cassell, 2001). O enfoque na interioridade e na individualidade (Gonçalves, 1995) e, por consequência, na mística da pessoa isolada dos seus múltiplos contextos e a crença num conhecimento uno e generalizável e, nesse sentido, na possibilidade de uma racionalidade científica, consubstanciava o ideal iluminista de uma sociedade constituída por seres iguais e dotados de recursos capazes de garantir entre eles o consenso[4] (Fonseca, 1998).

A refutação deste arquétipo de conhecimento científico, cujas características presidiram ao desenvolvimento de uma ciência psicológica individualista[5], assinalou o surgimento de novas correntes epistemológicas (e.g. o construccionismo social, o constructivismo radical, Jarvilehto, 1999 citado por Breuer & Roth, 2003, o feminismo crítico, o pós-modernismo, entre outras), assumindo as perspectivas críticas especial saliência. As primeiras formulações da psicologia crítica coincidiram mesmo com o declínio da psicologia experimental e positivista iniciado na década de 60 (López, 2002).

As questões colocadas pelas abordagens críticas à ciência prenderam-se, desde logo, com a ética e a aplicabilidade dos métodos de investigação científica, uma vez que as perspectivas clássicas não tinham em conta factores como a agência e a autonomia dos/as participantes nos projectos de investigação científica, as dinâmicas de poder existentes entre investigadores/as e investigados/as, o envolvimento dos/as investigadores/as e inclusivamente a sua influência no processo

3 O termo positivismo foi usado pela primeira vez pelo filósofo francês August Comte, no século XIX, o qual sofreu profundas influências de alguns filósofos empiricistas ingleses, tal como Locke e Hume (Miller, 1999).

4 O conceito da agenticidade humana, à luz dos princípios iluministas, estava fortemente relacionado com o conceito de subjectividade individual, o qual por sua vez pressupunha que os indivíduos fizessem livremente as suas escolhas e fossem os únicos responsáveis por elas (Gergen, 1985, 1995).

5 De acordo com Nogueira (2003: 3) a «individualização da psicologia social é largamente atribuída à junção das forças da experimentação e do positivismo que acabaram por dominar a disciplina, mascarando-a de uma respeitabilidade científica».

de construção do conhecimento e as implicações da própria investigação nos sujeitos que nela participam (Burman, 1996).

Segundo Prilleltenski & Fox (1997) as perspectivas críticas na psicologia distinguem-se das demais especialmente por desafiarem as instituições e os valores sociais dominantes, propondo alternativas à sua conceptualização. Nesta óptica, as abordagens críticas fazem com que a psicologia deixe de ser uma ciência orientada por uma ideologia universal centrada em problemas individuais, para passar a ser uma ciência comprometida com questões sociais, a partir da análise dos factores estruturais, políticos e culturais (Salazar & Cook, 2002) que enformam os problemas dos grupos, das comunidades e das populações. A investigação crítica deve, deste ponto de vista, trabalhar as questões do poder e assumir como objectivo a promoção do poder dos grupos desfavorecidos, maximizar a sua participação nos processos de pesquisa e potenciar a utilização de métodos qualitativos como garantia da difusão das suas vozes (Nelson & Prilleltensky, 2004).

Segundo Garay, Íñiguez e Martinez (2001) a psicologia social crítica materializa-se a partir das propostas do construccionismo social, nomeadamente a da reflexividade e a da epistemologia feminista. O construccionismo social redunda de um conjunto amplo de influências e de disciplinas científicas, do qual destacaríamos o pós-modernismo[6], a teoria crítica e as perspectivas sociológicas (Nogueira, 1996). No contexto dos estudos pós-modernos, as abordagens construccionistas surgem como uma portentosa alternativa às estratégias hegemónicas de conceber o conhecimento científico (Guanaes & Japur, 2003).

Na sua generalidade as perspectivas construccionistas sociais norteiam-se por quatro princípios: 1) O conhecimento não resulta nem da indução, nem da dedução; 2) o conhecimento deriva de artefactos sociais, reificados através da linguagem; 3) a manutenção de certas formas de conhecimento não decorre da sua validade empírica, mas dos próprios processos sociais e 4) as descrições e as explicações são formas de comprometimento e de acção social (Gergen, 1985 cit. *in* Gonçalves, 1995). Assim sendo, o construccionismo social debruça-se sobre o modo como as pessoas adquirem conhecimento e atribuem significado ao mundo que as rodeia, não considerando os indivíduos como seres inertes, mas antes como agentes pró-activos com incontáveis potencialidades e recursos (Beall, 1993). Com origens na teoria sociológica, o construccionismo social encara os fenómenos sociais como construções dependentes da interacção entre vários factores que não existem por si só, mas que ganham forma no âmbito de uma matriz de relações de troca e de influência (Arendt, 2003). Ao invés de formular narrativas universais ou meta-narrativas, esta abordagem postula o conhecimento como algo múltiplo, fragmentado, contextualizado e localizado (Hare-Mustin, 1994; Hepburn, 1999).

6 Alguns/as autores/as advogam mesmo que o construccionismo social é o nome de código usado pela psicologia para denominar o pós-modernismo (Banaji, 1993). O pós-modernismo é um movimento crítico que contesta o pensamento moderno e que apela à aceitação do pluralismo, do contextualismo e do ecletismo (Biever, Fuentes, Cashion & Franklin, 1998).

De um ponto de vista construccionista, o acesso neutro à realidade não existe e qualquer versão da realidade cria um conjunto de potencialidades, mas também de constrangimentos, tornando versões alternativas menos plausíveis.

Se, para o positivismo, as palavras (pelo menos as consideradas «verdadeiras») são um reflexo da realidade, para o construccionismo elas constituem o que nós percebemos como real (Gonçalves & Gonçalves, 2001: 14).

A proposta da reflexividade, decorrente das abordagens construccionistas, trouxe para as ciências sociais em geral contributos importantes (Domingues, 2002). Alguns/as autores/as têm-se referido inclusivamente à reflexividade como uma parte integrante e decisiva da viragem epistemológica ocorrida na segunda metade do século XX. Para Scholte, por exemplo, a reflexividade é uma componente fundamental da passagem da abordagem científica para a abordagem hermenêutica, da transição entre a perspectiva objectivista e a perspectiva relativista e da alteração da concepção da neutralidade de valores para a concepção dos interesses emancipatórios (1972 cit. *in* Salzman, 2002). A reflexividade manifesta-se pois como um processo de permanente interrogação e de análise, através do qual os/as investigadores/as avaliam o impacto dos seus valores, das suas ideologias e das suas posições nos produtos que executam e nos caminhos que escolhem percorrer para os executar.

Como aponta Santos (1989: 88),

> (...) a reflexividade amplia-se e aprofunda-se a partir do momento em que a ortodoxia positivista entra em crise. Não se trata de simples coincidência temporal, trata-se de uma relação lógica, ainda que a lógica dessa relação não seja inequívoca: a reflexividade é concebida por uns como o sinal mais dramático dessa crise, e por outros como um dos expedientes indispensáveis para a superar.

Com efeito, a reflexividade, ao funcionar como um instrumento de indagação permanente da ciência que se produz (e das teorias e metodologias sobre as quais se tece essa produção), rompe o teor científico-natural do qual a modernidade estava fortemente impregnada e imprime um pendor de questionamento constante às acções e práticas levadas a cabo pelos/as cientistas sociais (Parker, 1999). Esta possibilidade que a reflexividade nos oferece – de apreciação do trabalho efectuado e dos seus potenciais efeitos – decompõe a hierarquia de poder outrora separadora dos saberes dos/as investigadores/as e dos/as investigados/as e faz da sua dissolução uma alternativa de democratização do conhecimento científico (Neves & Nogueira, no prelob).

O termo *epistemologia feminista* marca, de acordo com Alcoff e Potter (1993), uma aliança – nem sempre pacífica – entre o feminismo e a filosofia. A epistemologia feminista enfatiza as conexões e as intersecções entre os valores, a política, a ciência e o conhecimento (Miller, 2000), reiterando a impossibilidade da neutralidade e da imparcialidade fazerem parte dos quesitos do conhecimento científico. Como salientam Garay, Íñiguez & Martinez (2001), as questões trazidas para a

ciência pelas perspectivas feministas foram imprescindíveis na tarefa de questionar e tornar clara a relação íntima e estreita entre o sujeito que percebe o objecto e o objecto concreto sobre o qual recai a percepção do sujeito. «A riqueza da epistemologia feminista radica no seu claro posicionamento de crítica social» (*ibid.*, 20).

> A hermenêutica e a epistemologia (a hermenêutica no seu aspecto epistemológico) foram ferramentas muito úteis para a reflexão teórica feminista dos últimos tempos, uma vez que a ajudaram a fazer a análise do presente e a explorar as possibilidades futuras de emancipação. Nesse sentido, grande parte da filosofia feminista contemporânea explora a linguagem, a significação, a metodologia e o alcance dos nossos juízos epistémicos, assim como a posição a partir da qual se elaboram os discursos (...) (Villarmea, 2001: 221. Tradução nossa).

A denúncia do viés androcêntrico e da lógica patriarcal que presidiram ao desenvolvimento da psicologia tradicional foi outra tarefa essencial exercida pelas abordagens feministas (Sherif, 1987; Collin, 1991; Amâncio, 1994; Inhorn & Whittle, 2001). Revelando o estado de ausência das mulheres na ciência e a forma desajustada como tinham sido tratadas pela psicologia tradicional, as perspectivas feministas abriram caminho a leituras bem mais equilibradas da realidade e, sobretudo, a leituras polifónicas e diversas dos fenómenos sociais (Neves & Nogueira, no prelo a).

A historicidade e a temporalidade do conhecimento (Garay, Íñiguez & Martinez, 2001), assim como a consciência reflexiva dos/as investigadores/as ocupam neste *novo* terreno da psicologia um espaço vital. Ao reconhecer a dimensão histórica dos fenómenos e o seu carácter processual, a psicologia social crítica dissolve o teor mecanicista da psicologia social tradicional e reabilita a importância da mudança social para a compreensão e descrição dos produtos sociais[7].

> A psicologia social convencional foi-se afastando progressivamente do mundo que se supõe que teria que explicar. Ainda que não ignore por completo a temática do mundo real, trata-a de uma forma limitada e conservadora, que abstrai os problemas do seu contexto social. Isto aplica-se sobretudo no caso das relações entre os valores e a temática tratada pela psicologia social (...). O mundo não espera pela psicologia social; as ideias das pessoas mudam e estão em movimento e a psicologia social fica para trás (...) (Armistead, 1974: 127-128 cit. in Íñiguez, 1998: 3. Tradução nossa).

A psicologia social crítica pode ser definida como a consequência inevitável da contínua interrogação do conhecimento e, assim sendo, condensa as caracterís-

7 Na História da psicologia social, duas perspectivas da psicologia social – incompatíveis entre si – podem ser identificadas: a psicologia social psicológica e a psicologia social sociológica (Neto, 1998; Arendt, 2003). Diríamos que a psicologia social sociológica é aquela que mais se aproxima dos pressupostos do construccionismo social.

ticas do construccionismo social, da epistemologia feminista e da reflexividade (Garay, Íñiguez & Martinez, 2001). O seu enquadramento paradigmático possibilita a difusão de variantes discursivas dentro da ciência psicológica, variantes essas que derivam não só de diferentes posturas teóricas e epistemológicas, mas também de diversos recursos metodológicos. Como sublinhou Parker (1999: 6), «A psicologia crítica não prescreve uma posição epistemológica em detrimento de outra, antes aproxima a grande variedade de perspectivas radicais da disciplina».

A psicologia crítica deve por isso ser encarada como uma estratégia destinada a politizar todas as subdisciplinas da psicologia (Parker, 1999). Uma estratégia concreta e temporal que deve desenvolver-se fundamentalmente desde as margens da disciplina hegemónica, funcionado como um mecanismo de desarticulação e problematização das questões colocadas pela ciência (López, 2002) e como um ponto de convergência de saberes complementares, como a antropologia, a sociologia, a filosofia, a linguística, entre outros (Kitzinger, 1998). Apropriar-se desta estratégia significa aceitar que toda a teoria social é incontornavelmente interpretativa e avaliativa (Richardson & Fowers, 1997).

2. Metodologias feministas e Psicologia Social Crítica: Intersecções e Descontinuidades

> *Uma mudança de consciência permitiu que as/os feministas assumissem que todo o edifício da ciência profissional e o seu conhecimento é socialmente constituído.*
> (Ramazono_lu & Holland, 2002: 45. Tradução nossa)

Ainda que os feminismos não possam ser confundidos com um todo homogéneo, na medida em que representam territórios diversos de debate sobre o que é e como deve ser construída a igualdade entre homens e mulheres (Neves & Barbosa, 2003), há entre si fundamentos comuns. Especialmente no que toca à crítica dos feminismos à ciência, não deixa de ser interessante notar que os argumentos se homogeneízam em determinantes pontos (embora se distanciem em alguns outros).

Segundo Amâncio (2002), o pensamento feminista sobre a ciência procurou sequencialmente responder a dois objectivos. O primeiro objectivo prendeu-se com o dar visibilidade às mulheres, às suas experiências concretas e a uma condição social que o movimento pretendia combater. O segundo objectivo tinha a ver com a denúncia do androcentrismo dos vários campos do saber e a permanente confusão entre o universal e o masculino.

O carácter enviesado do conhecimento científico, a assunção do masculino como valor universal, a tentativa de patologização da *condição feminina*, a tendência para a uniformização, a padronização e a classificação dos comportamentos e a ausência de análise social, histórica e política na leitura e teorização dos fenómenos sociais (Crawford e Marecek, 1989; Worell, 1996 *in* Crawford & Unger, 2000; Neves & Nogueira, 2003) foram factores apontados pelas abordagens feministas como

sendo responsáveis pela criação de uma ciência sexista e falaciosa, que sob a aparente capa da universalidade escondeu o favoritismo e a discriminação. O facto do conhecimento científico reflectir e reforçar os valores de um colectivo específico – o dos homens brancos, ocidentais e de classe média – tem significado que a pretensão da universalidade postulada pela ciência tradicional se resume, ela própria, a uma forma de marginalização de outros colectivos (Íñiguez & Monguilod, 2002).

Em oposição ao clamor objectivista do positivismo, no qual os/as investigadores/as omniscientes determinavam a realidade daqueles/as que eram objecto da investigação, as abordagens feministas insistiram na ideia de que deveriam ser os/as próprios/as investigados/as a definir e a interpretar as suas experiências devendo, para isso, servir-se da utilização de metodologias feministas (Andrews, 2002). Apesar dessa insistência, a tradição metodológica positivista não deixou de se impor no universo académico, mesmo entre as/os feministas.

> Muitas/os psicólogas/os feministas estão mais ou menos familiarizadas/os com as críticas feministas dirigidas à ciência positivista nos últimos cerca de 25 anos. Contudo, tal como nós, têm sido relutantes em mudar a sua pedagogia e afastar-se dos métodos tradicionais de investigação (Crawford & Kimmel, 1999: 1).

Diríamos inclusive, a este respeito, que a introdução de metodologias feministas na psicologia tem-se traduzido num processo pouco expressivo que vigora ainda nos dias de hoje, nomeadamente em Portugal, embora gradualmente se vá notando a sua presença em alguns trabalhos de investigação e de intervenção, desenvolvidos nomeadamente com mulheres e por mulheres (Neves & Nogueira, 2003).

Embora a aceitação da terminologia *metodologias feministas*[8] não seja consensual entre os/as autores/as (Harding, 1987; Weatherall, 1999) ela reveste-se, do nosso ponto de vista, de uma lógica de compromisso com determinados valores que faz sentido ser invocada e tornada visível. Esta adjectivação, porque parece unir do ponto de vista político quem está distante do ponto de vista estratégico ou filosófico (Ramazono_lu & Holland, 2002) é, a nosso ver, mais capitalizadora de sinergias do que de vulnerabilidades. Porque a designação *feministas* está incrustada de elementos ideológicos e políticos (ainda que nem sempre coincidentes), a sua utilização é elucidativa dos efeitos que se espera ver objectivados com a aplicação deste tipo de metodologias[9], bem como das linhas orientadoras que genericamente estão implicadas na expressão Feminismos[10]. Neste sentido, qual-

8 O facto da maioria dos/as autores/as empregar a nomenclatura metodologias feministas no plural indicia a natureza múltipla do conceito (Ramazono_lu & Holland, 2002).

9 Cremos ser importante fazer acompanhar a designação *metodologias feministas* do termo «críticas» ou introduzi-la num contexto de psicologia social crítica. Esta especificidade demarca um terreno próprio, quer dentro da psicologia social, quer dentro da variedade das metodologias feministas.

10 Entenda-se, igualdade entre os sexos, justiça social, emancipação feminina, distribuição equitativa do poder económico, social, político e cultural para as mulheres e para os homens e reco-

quer metodologia pode ser feminista (Thompson, 1992), desde que seja aplicada com a intencionalidade de responder a questões feministas e reflectir sobre o pensamento e a ética feminista (Jayaratne & Stewart, 1991 cit. *in* Thompson, 1992).

Harding (1996: 11) refere que da pergunta inicial «*o que se tem de fazer a respeito da situação da mulher na ciência?*» se passou a uma outra, bem diferente, e que é «*é possível utilizar, com fins emancipatórios, umas ciências que estão tão íntima e manifestamente imersas nos projectos ocidentais, burgueses e masculinos?*». Parece-nos que esta questão mais recente estimula a discussão em torno de que metodologias científicas devem ser implementadas no sentido de melhor atingir os fins que consideramos vitais para a construção de uma ciência menos opressiva.

> Os conceitos de opressão e emancipação são o cerne da psicologia crítica. Por opressão entendemos quer um estado de subjugação, quer um processo de exclusão e de exploração. A opressão envolve dimensões psicológicas e políticas. À luz destas características centrais, Prilleltensky e Gonick definiram a opressão como um estado de relações de poder assimétricas caracterizado pela dominação, subordinação e resistência, no qual as pessoas ou os grupos dominantes exercem o seu poder restringindo o acesso a recursos materiais e implantado nos grupos ou pessoas subordinadas visões de medo ou autodepreciativas (Parker, 1999: 4. Tradução nossa).

Ao trazer para a psicologia as questões da opressão, da desigualdade e da subordinação, as perspectivas feministas chamaram a atenção para a ineficácia da utilização de determinadas metodologias clássicas no exercício de análise das temáticas sociais (Russo, 1999). Ao mesmo tempo que metodologias distintas foram emergindo, o objectivo do *empowerment*[11] começou a delinear-se como uma das finalidades centrais da investigação feminista (Cosgrove & McHugh, 2000), subvertendo-se assim o estatuto de submissão a que estavam confinados/as os/as participantes dos projectos de pesquisa e das investigações e promovendo, em consequência, a sua autonomização[12].

Nos últimos anos as/os psicólogas/os feministas, ao examinarem criticamente a tradição empiricista dominante na psicologia (Gergen, Chrisler & LoCicero, 1999), têm desenvolvido uma diversidade de abordagens[13] para estudar as

nhecimento público das mulheres como cidadãs detentoras de direitos e de deveres semelhantes aos dos homens (Neves e Barbosa, 2003).

11 As funções do *empowerment* prendem-se com fortalecimento das forças individuais e grupais através do aumento da flexibilidade na identificação e resolução dos problemas, do desenvolvimento de um leque abrangente de capacidades pessoais e da consolidação de estratégias que garantam efectivas mudanças institucionais (Worell, 2001).

12 Um dos mais importantes aspectos das metodologias feministas é precisamente o seu compromisso com a criação de um espaço que dá voz às experiências das mulheres, tal qual elas as vivenciam (Andrews, 2002).

13 Uma primeira abordagem que procura estudar as diferenças de género, avaliando os atributos e as características dos homens e das mulheres; uma segunda abordagem que lê o género não

mulheres e o género (Marecek, 2001). Para tal têm-se servido de diferentes epistemologias feministas, as quais defendem a adopção de metodologias distintas.

Harding (1996), na tentativa de esclarecer o que distingue as epistemologias feministas entre si e de que forma cada uma delas teceu críticas à ciência moderna, classificou-as a partir da seguinte tipologia: 1) o empiricismo feminista, 2) o ponto de vista feminista[14] e 3) o pós-modernismo feminista.

1) O *empiricismo feminista* corresponde às tradições dominantes dentro da psicologia académica (Gergen, 2001a) e está fundamentado na premissa de que o sexismo e o androcentrismo são enviesamentos sociais que podem ser corrigidos pela adesão a normas metodológicas vigentes na investigação científica. Os enviesamentos sociais manifestam-se sob a forma de atitudes discriminatórias baseadas em crenças falsas e hostis, e fazem-se sentir nos projectos de investigação quer na fase da definição e identificação dos problemas, quer no próprio *design* da pesquisa e na interpretação dos dados recolhidos (Harding, 1987).

2) O *ponto de vista feminista*[15] suporta a ideia de que o conhecimento deriva da experiência e postula que a posição dominante dos homens na vida social se traduz num conhecimento parcial e perverso, enquanto que a situação de subjugação das mulheres desbrava a possibilidade de um conhecimento mais completo e menos perverso. Nesta óptica, as experiências das mulheres constituem um valoroso material de análise, legitimador de um conhecimento menos distorcido (Harding, 1987). «O feminismo e o movimento da mulher deslocam a teoria e a motivação para a investigação e para a luta política que podem transformar a perspectiva das mulheres num *ponto de vista*». (Harding, 1996: 24. Tradução nossa). As/os feministas que defendem esta posição argumentam que a ciência tradicional foi desenvolvida por homens, cujas experiências têm sido historicamente muito distintas das das mulheres (Gergen, 2001).

3) Finalmente o *pós-modernismo feminista* rejeita os argumentos enunciados pelo empiricismo feminista e pelo ponto de vista feminista, na medida em que se afasta do carácter universal do conhecimento assumido por estes dois tipos de epistemologias e se afirma na defesa da fragmentação, da polifonia e da diversidade.

Tanto o empiricismo feminista como o ponto de vista feminista perseguem o propósito de construir uma ciência feminista que possa reflectir mais claramente o mundo, pelo menos de um modo menos incompleto e desalinhado (Harding,

em termos das diferenças individuais, mas recorrendo a factores de natureza contextual, focando assim a sua atenção nas relações sociais, nos processos interactivos e nas práticas linguísticas que cumprem a função de estruturar as relações entre homens e mulheres; e uma terceira abordagem que conceptualiza o género numa lógica pós-moderna, recorrendo aos pressupostos da psicologia crítica, defendendo assim a psicologia e a vida cultural como mutuamente constitutivas e advogando que a própria psicologia é um artefacto cultural. A psicologia social crítica, de entre as três abordagens referidas por Marecek (2001), centra-se especialmente na última.

14 Feminist Standpoint.

15 Um *ponto de vista*, segundo Hartsock (1987), não é meramente uma posição interessada, mas um compromisso.

1987). Para o pós-modernismo feminista, o grande problema do modernismo feminista é que este falha na análise de como a opressão funciona discursivamente (Hepburn, 1999) e, assim sendo, não avalia como as múltiplas linguagens de poder (manifestas ou encobertas) se articulam e influenciam o quotidiano das pessoas.

> (...) a teoria pós-moderna feminista deve substituir as noções unitárias de mulher e de identidade de género feminina, por concepções construídas, complexas e plurais de identidade social, tratando o género como algo relevante e importante entre outras coisas, atendendo também à etnicidade, à idade e à orientação sexual (Haraway, 1990 cit. *in* Nogueira, 2003: 19).

Ao adoptar, nas suas formulações, orientações provenientes das abordagens construccionistas, das feministas e das pós-modernas a psicologia social crítica impõe-se como um espaço inovador dentro da ciência psicológica. O aparente paradoxo da diversidade e da diferença oferece à psicologia desafios muitíssimo interessantes.

Tal como advoga Reinharz (1992), a diversidade tornou-se um novo critério de excelência para a investigação feminista. É curioso notar, no entanto, que embora algumas/uns feministas tenham aceite com entusiasmo a ênfase que o pós-modernismo colocou na diversidade e na multiplicidade de perspectivas, outras/os houve que se sentiram intimidadas/os com o relativismo e a fragmentação que acompanhou este movimento (Miller, 2000).

> O pós-modernismo, enquanto movimento intelectual geral, coloca desafios sem fim, rejeita suposições epistemológicas, refuta convenções metodológicas, resiste às pretensões do conhecimento, obscurece todas as formas de verdade. Tem versões mais radicais e outras mais moderadas, mas quer umas quer outras, representam um grande desafio para o conhecimento estabelecido no século XX (Rosenau, 1992 cit. *in* Nogueira, 2003: 4).

Ainda assim, como refere Nogueira (1996: 180), «a afinidade entre o feminismo e a teoria pós-modernista parece residir no facto de partilharem um profundo cepticismo sobre as reivindicações universais acerca da existência, da natureza e do poder da razão, do progresso, da ciência, da linguagem, de um self único e unificador».

Cremos que se usadas no sentido da desconstrução da ciência dominante e da reconstrução de uma psicologia social crítica, as metodologias feministas podem oferecer à investigação e à intervenção psicológica importantes meios de dissolver a perspectiva impositiva e cega do conhecimento.

3. Reflexão Final: Na esteira do diálogo entre a Ciência e a Ideologia

> (...) é a psicologia intimamente articulada com a vida cultural, convidando ao compromisso apaixonado, ligando o trabalho intelectual às práticas orientadas para a mudança, favorecendo os diálogos provocativos dentro e fora da disciplina, disparando a imaginação dos futuros e ainda conservando uma humildade em relação aos seus próprios pressupostos e aos dos outros. A mensagem da psicologia social numa perspectiva construccionista é, assim, profundamente optimista (Gergen, 1996: 126. Tradução nossa).

A ciência psicológica, tal qual a conhecemos na actualidade, é basicamente um produto daquilo a que usualmente se convencionou chamar de modernidade (Gergen, 2001[a]). Não surpreendentemente, esta é a versão que continua a perpassar a grande maioria dos currículos académicos dos cursos de psicologia e a afirmar-se como a única que garante a aquisição do verdadeiro conhecimento científico. A crise da psicologia, iniciada há cerca de 40 anos, e as críticas que a despoletaram e a ela se sucederam, longe de ser uma matéria de interesse colectivo, é hoje objecto de análise de um grupo minoritário de académicos/as entusiastas, mas com reduzida visibilidade e expressão pública.

As promessas da pós-modernidade, do construccionismo social e das abordagens feministas, apesar de estimulantes, não têm encontrado em Portugal um espaço substancial de afirmação. Constata-se que, embora ao nível das formulações teóricas as novas propostas epistemológicas tenham tido algum impacto na ciência psicológica, ao nível dos procedimentos metodológicos escassos avanços têm sido realizados. Como sustenta Amâncio (2002), a propósito da mudança social, um dos grandes obstáculos com que nos deparamos no nosso país é a fragilidade do pensamento feminista, fora e dentro da academia, assim como a restrita reflexão e teorização que lhe está associado.

O contexto da pós-modernidade foi todavia fértil para o florescimento de possibilidades alternativas dentro da academia, impulsionando a reflexividade e a adesão a metodologias inovadoras que a reflectissem (ou pelos menos a metodologias que servissem o fim da inovação). A preocupação pós-moderna com a construção linguística da realidade favoreceu a multiplicação de metodologias de investigação (Gergen, 2001a) e a assunção de inequívocos posicionamentos ideológicos.

A relação entre a ciência e a ideologia foi representada de maneiras francamente divergentes por inúmeros/as autores/as. Com frequência a ciência foi vista como estando em oposição à ideologia, ainda que também a ideologia tenha sido perspectivada como algo que inevitavelmente se introduz na construção do conhecimento científico (Íñiguez & Monguilod, 2001).

Encarar a ciência como francamente influenciada por estruturas sociais, políticas e culturais de um determinado período temporal e de um dado espaço, envolve admitir que ela é composta de texturas ideológicas. Mas acreditar no projecto da modernidade implica igualmente perfilhar uma ideologia. Ao alimentar a crença na «(...) existência de uma realidade face à qual podem existir modos privilegiados de acesso, a psicologia – tradicional – acabou por aderir a uma ideologia que confere à razão cientifica um estatuto ahistórico, afirmando-se como uma potente retórica da verdade» (Nogueira, 2003: 12).

Gieryn (1983) propõe que as descrições da ciência como verdadeira, útil, objectiva ou racional devem ser sempre examinadas como ideologias, quaisquer que elas sejam (cit. in Íñiguez & Monguilod, 2001). Gergen (2001b) chega mesmo a referir que à medida que nos tornamos mais conscientes das implicações políticas e ideológicas das várias teorias e metodologias com as quais trabalhamos, mais questionáveis essas teorias e metodologias se tornam.

Ciência e ideologia parecem pois ser elementos indissociáveis. Pensá-los desta forma, como construções articuladas entre si, é um passo decisivo no sentido da consolidação de um saber científico comprometido com a realidade social.

A redacção deste artigo teve como pano de fundo alguns pressupostos que têm orientado a tese de doutoramento que estou a desenvolver na área da psicologia social, nomeadamente da psicologia social crítica.

Assumir que ciência e ideologia são faces da mesma moeda, e fazer deste compromisso um exercício de óbvia contestação da psicologia enquanto conjuntura dominante, implica muitas vezes pisar territórios de risco. Penso contudo que este desafio de desconstrução e reconstrução aumenta o potencial interventivo da ciência e dos/as seus/uas interlocutores/as e, nessa perspectiva, torna cada um/a de nós mais responsável pela conhecimento que produz.

Referências bibliográficas

Alcoff, Linda; Potter, Elizabeth (1993), «Introduction: When feminims intersect epistemology», *in* Alcoff, Linda & Potter, Elizabeth (Eds.), *Feminist Epistemologies*, pp. 1-14, London, Routledge.

Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto, Edições Afrontamento.

Amâncio, Lígia (2002), «O género na Psicologia Social em Portugal. Perspectivas actuais e desenvolvimentos futuros», *Ex aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 6, 55-75.

Andrews, Molly (2002), «Feminist Research With Non-Feminist and Anti-Feminist Women: Meeting the Challenge», *Feminism and Psychology*, 12(1), 55-77.

Arendt, Ronald J. (2003), «Construtivismo ou Construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social», *Estudos de Psicologia*, 8(1), 5-13.

Banaji, Mahzarin (1993), «The Psychology of Gender: a perspective on perspectives», *in* Beall, Anne; Sternberg, Robert (Eds.), *The Psychology of Gender*, pp. 251-273, New York, The Guilford Press.

Beall, Anne (1993), «A Social Constructionist View of Gender», *in* Beall, Anne; Sternberg, Robert (Eds.), *The Psychology of Gender*, pp. 127-147, New York, The Guilford Press.

Bem, Sandra; Looren de Jong, Huib (1997), *Theoretical Issues in Psychology: An Introduction*, London, Sage.

Biever, Joan L.; Fuentes, Cynthia de las; Cashion, Lisa; Franklin, Cynthia (1998), «The Social Construction of Gender: A Comparison on Feminist and Postmodern Approaches», *Counselling Psychology Quarterly*, 11(2), 163-180.

Breuer, Franz; Roth, Wolff-Michael (2003), «Subjectivity and Reflexivity in the Social Sciences: Epistemic Windows and Methodical Consequences», *Forum: Qualitative Research* (Online Journal), 4 (2). Disponível em http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/2-03/2-03intro-3-e.htm (consulta em Fevereiro de 2004).

Burman, Erica (1996), «Psychology Discourse Practice: from regulation to resistance», *in* Burman, Erica, Aitken, Gill, Alldred, Pam, Allwood, Robin, Billington, Tom; Goldberg, Brenda, Gordo Lopez Angel; Heenan, Colleen; Marks, Deb; Warner, Sam (Eds.), *Psychology Discourse Practice: From Regulation to Resistance*, pp. 1-14, London, Taylor & Francis.

Collin, Françoise (1991), «Diferença e Diferendo. A Questão das Mulheres na Filosofia», *in* Duby, Georges; Perrot, Michelle (Eds.), *História das Mulheres. O século XX*, pp. 315-379, Porto, Edições Afrontamento.

Cosgrove, Lisa; McHugh, Maureen C. (2000), «Speaking for Ourselves: Feminist Methods and Community Psychology», *American Journal of Community Psychology*, 28(6), 815-838.

Crawford, Mary; Kimmel, Ellen (1999), «Promoting Methodological Diversity in Feminist Research», *Psychology of Women Quarterly*, 23, 1-6.

Crawford, Mary; Marecek, Jeanne (1989), «Psychology Constructs the Female», *Psychology of Women Quarterly*,13, 147-66.

Crawford, Mary; Unger, Rhoda (2000), *Women and Gender: a Feminist Psychology*, Boston, McGraw Hill.

Domingues, José M. (2002), «Reflexividade, Individualismo e Modernidade», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17, 55-70.

Fonseca, Tânia (1998), «Epistemologia», *in* Jacques, M. G.; Strey, M.; Bernardes, M. G.; Guareschi, P. A.; Carlos, S.; Fonseca, T. (Eds.), *Psicologia Social Contemporânea*, pp. 36-48, Petrópolis: Editora Vozes.

Garay, Ana; Íñiguez, Lupicinio; Martinez, Luz (2001), «Perspectivas Criticas en Psicologia Social: Herramientas para la construccion de nuevas psicologias sociales», *Boletín de Psicología*, 72, 57-78.

Gergen, Kenneth (1973), «Social psychology as history», *Journal of Personality and Social Psychology*, 26(2), 309-320.

Gergen, Kenneth (1985), «The Social Constructionist Movement in Modern Psychology», *American Psychologist*, 40, 266-275.

Gergen, Kenneth (1995), «Postmodernism as a Humanism», *Humanistic Psychologist*, 23, 71-82.

Gergen, Kenneth (1996), «Social Psychology as Social Construction: the emerging vision», *in* McGarty; Haslam (Eds.), *The Message of Social Psychology: Perspectives on Mind in Society*, pp. 113-128, Oxford, Blackwell.

Gergen, Kenneth (2001a), «Psychological Science in Postmodern Context», *The American Psychologist*, 56, 803-813.

Gergen, Kenneth (2001b, Junho), *Psychology as «Politics by Others Means»*. Comunicação apresentada no Internacional Society for Theoretical psychology meetings, Calgary, Canadá.

Gergen, Mary (2001), *Feminist Reconstructions in Psychology. Narrative, Gender and Performance*, Thousands Oaks, Sage.

Gergen, Mary, Chrisler, Joan; LoCicero, Alice (1999), «Innovative Methods. Resources for research, publishing and teaching», *Psychology of Women Quarterly*, 23, 431-456.

Gonçalves, Miguel (1995), *Autoconhecimento e Acesso Instrospectivo. Do Self Reificado ao Self Narrativo*, Braga, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Gonçalves, Miguel; Gonçalves, Óscar (2001), «A Psicoterapia como Construção Conversacional», *in* Gonçalves, Miguel; Gonçalves, Óscar (Eds.), *Psicoterapia, discurso e narrativa: a construção conversacional da mudança*, pp. 8-25, Coimbra, Quarteto Editora.

Gonçalves, Óscar (1995), «Prefácio», *in* Gonçalves, Miguel. *Autoconhecimento e Acesso Instrospectivo. Do Self Reificado ao Self Narrativo*, pp. I-IV, Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Guanaes, Carla; Japur, Marisa (2003), «Construcionismo Social e Metapsicologia: um diálogo sobre o conceito do self», *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(2), 135-143.

Harding, Sandra (1987), «Introduction: Is there a Feminist Method?», *in* Harding, Sandra (ed.), *Feminism and Methodology: Social Science Issues*, pp. 1-14, Milton Keynes, Open University Press.

Harding, Sandra (1996), *Ciencia y Feminismo*, Madrid, Ediciones Morata.

Hare-Mustin, Rachel (1994), «Discourses in the Mirroded Room: a postmodern analysis of therapy», *Family Process*, 33, 19-33.

Hartsock, Nancy (1987), «The Feminist Standpoint. Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism», in Harding, Sandra (ed.), *Feminism and Methodology: Social Science Issues*, pp. 157-180, Milton Keynes, Open University Press.

Hepburn, Alexa (1999), «Postmodernity and the Politics of Feminist Psychology», *Radical Psychology*, 1(2). Disponível em http://www.radpsynet.org/journal/vol. 1-2/hepburn.html (Consulta em Janeiro de 2004).

Ibáñez, Tomás (1994), «Constructing a Representation or Representing a Construction?», *Theory and Psychology*, 4(3), 363-381.

Inhorn, Marcia; Whittle, K. Lisa (2001), «Feminism Meets the 'New' Epidemiologies: toward an appraisal of antifeminist biases in epidemiological research on women's health», *Social Science and Medicine*, 53, 553-567.

Íñiguez, Lupicinio (1998, Junho), *A dónde hemos ido parar? Comentarios en torno a la psicología, académicamente definida em 1998*. Comunicação apresentada ao XXVII Congreso Interamericano de Psicología, Caracas, Venezuela.

Íñiguez, Lupicinio; Monguilod, Cristina (2002), «La Psicologia Social de la Ciencia: revisión y discusión de una nueva área de investigación», *Anales de Psicología*, 18(1), 13-43.

Johnson, Phil; Cassell, Catherine (2001), «Epistemology and Work Psychology: New Agendas», *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 74, 125-144.

Kitzinger, Celia (1998), «Feminist Psychology is an Interdisciplinary Context», *Journal of Gender Studies*, 7, 199-209.

López, A. Gordo (2002), «El Estado Actual de la Psicologia Crítica», *Athenea Digital*, 1. Disponível em http://www.blues.uab.es/athenea/num1/Mgordo.pdf (consulta em Novembro de 2003).

Marecek, Jeanne (2001), «After the Facts: Psychology and the study of gender», *Canadian Psychology*, 42, 254-268.

Miller, Edgar (1999), «Positivism and Clinical Psychology», *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 6, 1-6.

Miller, Patrícia (2000), «The development of interconnected thinking», *in* Miller, Patrícia; Scholnick, Ellin K. (Eds.), *Towards a Feminist Developmental Psychology*, pp. 44-59, New York, Routledge.

Nelson, Geoffrey; Prilleltensky, Isaac (2004), *Community Psychology: In Pursuit of Well-being and Liberation*, New York, Palgrave Macmillan.

Neto, Félix (1998), *Psicologia Social*, vol. I, Lisboa, Universidade Aberta.

Neves, Sofia; Barbosa, Carlos (2003), «O Feminismo Liberal», *in* Marques, Carmo; Nogueira, Conceição; Magalhães, Maria José; Marques da Silva, Sofia (2003), *Um Olhar Sobre os Feminismos. Aprofundar a Democracia no Mundo da Vida*, pp. 47--62), Porto, Edições UMAR.

Neves, Sofia; Nogueira, Conceição (2003), «A Psicologia Feminista e a Violência contra as Mulheres na Intimidade: A (Re)Construção dos Espaços Terapêuticos», *Psicologia e Sociedade*, 15, 43-64.

Neves, Sofia; Nogueira, Conceição (no prelo a), «Terapias Feministas, Intervenção Psicológica e Violências na Intimidade: Uma leitura feminista crítica», *Psychologica*.

Neves, Sofia; Nogueira, Conceição (no prelo b), «Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço das Ciências Sociais», *Psicologia: Reflexão e Crítica*.

Nogueira, Conceição (1996), *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: Perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Dissertação de Doutoramento, em Psicologia Social, Braga, Universidade do Minho.

Nogueira, Conceição (2003, Outubro), *«Ter» ou «Fazer» o Género: o dilema das opções epistemológicas em psicologia social*. Conferência apresentada no XII Encontro Nacional da Abrapso. Associação Brasileira de Psicologia Social, Porto Alegre, Brasil.

Parker, Ian (1999), «Critical Psychology: critical links», *Annual Review of Critical Psychology*. 1, 3-18.

Prilleltenski, Isacc; Fox, Dennis (1997), «Introducing Critical Psychology: values, assumptions and status quo», *in* Fox, Dennis; Prilleltenski, Isacc (Eds.), *Critical psychology: an introduction*, pp. 3-20, London, Sage.

Ramazano_lu, Caroline; Holland, Janet (2002), *Feminist Methodology: Challenges and Choices*. London: Sage.

Reinharz, Shulamit (1992), *Feminist Methods in Social Research*, Nova Iorque, York, Oxford University Press.

Richardson, Frank; Fowers, Blaine (1997), «Critical Theory, Postmodernism and Her-

meneutics: insights for critical psychology», *in* Fox, Dennis; Prilleltenski, Isacc (Eds.), *Critical psychology: an introduction*, pp. 265-283, London, Sage.

Russo, Nancy F. (1999), «Feminist Research: questions and methods. Editorial», *Psychology of Women Quarterly*, 23, i-iv.

Salazar, Laura; Cook, Sarah (2002), «Violence Against Women: Is psychology part of the problem or the solution? A content analysis of psychological research from 1990 through 1999», *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 12, 410-421.

Salzman, Philip Carl (2002), «On reflexivity», *American Anthropologist*, 104, 805-814.

Santos, Boaventura S. (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Edições Afrontamento.

Sherif, Carolyn W. (1987), «Bias in Psychology», *in* Harding, Sandra (Ed.). *Feminism and Methodology: Social Science Issues*, pp. 37-56, Milton Keynes, Open University Press.

Thompson, Linda (1992), «Feminist Methodology for Family Studies», *Journal of Marriage and the Family*, 54, 3-18.

Villarmea, Stella (2001), «Algunas Bases Hermenéuticas y Epistémicos de la Consciencia Emancipatoria», *Revista de Filosofia*, 26, 213-240.

Weatherall, Ann (1999), «Exploring a Teaching/Research Nexus as a Possible Site for Feminist Methodological Innovation in Psychology», *Psychology of Women Quarterly*, 23, 199-214.

Worell, Judith (2001), «Feminist Interventions: accountability beyond symptom reduction», *Psychology of Women Quarterly*, 25, 335-343.

Sofia Neves é licenciada em Psicologia pela Universidade do Minho, com pré-especialização em Psicologia da Justiça e Reinserção Social. Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade do Minho, a desenvolver tese subordinada ao tema «Metodologias Feministas na Psicologia Social Crítica: A (Des)Construção dos Discursos *Genderizados* sobre o Amor, o Poder e a Violência nas Relações Íntimas».

Actualmente é bolseira de Doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, assistente da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional de Braga).